



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 1.740,  
DE 2019**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que a avaliação da deficiência deverá utilizar como referência a metodologia da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) adaptada para a realidade brasileira.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que a avaliação da deficiência deverá utilizar como referência a metodologia da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) adaptada para a realidade brasileira.

**Art. 2º** O §2º do art. 2º da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência, utilizando como referência a metodologia da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) adaptada para a realidade brasileira.

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em 18 de junho de 2024.

Deputado **WELITON PRADO**  
Presidente

